

LIBERDADE DE EXPRESSÃO
LIBERDADE DE OPINIÃO LIBERDADE
ASSEMBLEIA LIBERDADE DE
DIREITO A NÃO DISCRIMINAÇÃO
DIREITO DE VOTO DIREITO DE

**Defendendo o direito de
defender os direitos humanos
durante as eleições democráticas**

**Declaração
Outubro de 2022**



A Protection International (PI) é uma organização internacional sem fins lucrativos que apoia a organizações e pessoas defensoras de direitos humanos no desenvolvimento de suas estratégias de gestão da segurança e da proteção. Nossa filosofia se concentra nas pessoas defensoras de direitos humanos e em seu direito de defender os direitos humanos. Especificamente, neste caso, o direito à liberdade de expressão, o direito de voto, o direito a eleições livres e justas em uma sociedade democrática e a defesa do Estado de direito e da vontade do povo. As eleições presidenciais e legislativas estão sendo realizadas em 2022 e 2023 em vários países, e a PI está preocupada com o desrespeito aos direitos humanos e os incidentes de assédio contra pessoas que promovem e protegem os direitos humanos durante as eleições. PI condena todas as formas de violência, incluindo atos de intimidação, ataques e execuções em todo o mundo, especialmente em países onde a Protection International opera.

Países onde a Protection International trabalha que tiveram eleições este ano ou terão eleições em breve: Eleições presidenciais na **Colômbia** em 29 de maio (e segundo turno em 19 de junho de 2022); eleições para a Assembléia Nacional na **República Democrática do Congo** em julho de 2022 e eleições presidenciais entre setembro e dezembro de 2023; eleições gerais no **Quênia** (para Presidente, Assembléia Nacional e Senado) em 9 de agosto de 2022; eleições gerais no **Brasil** em 2 de outubro de 2022; eleições legislativas na **Tailândia** em março de 2023; eleições gerais na **Guatemala** (Presidente e Congresso) em 25 de junho de 2023; eleições gerais na **Indonésia** em abril de 2024; eleições na **Tanzânia** em outubro de 2025.

À medida que as pessoas que promovem e protegem os direitos humanos e suas organizações da sociedade civil (OSCs) se mobilizam para garantir a realização de processos democráticos transparentes em seus países, muitos têm sofrido ameaças e intimidações por parte dos detentores do poder político e econômico (1). As normas internacionais reconhecem o papel fundamental das pessoas defensoras de direitos humanos e de suas organizações no engajamento em assuntos públicos para defender o Estado de direito e a realização dos direitos humanos (2). **"Apesar desta centralidade reconhecida, os atores da sociedade civil costumam ser objetos de perseguição seletiva para impedir que participem das atividades relacionadas às eleições"**, disse Alice Nah, Presidente do Conselho de Administração da Protection International. "As pessoas defensoras podem atuar como educadores cívicos, observadores e monitores verificando votos e denunciando práticas corruptas durante as eleições", enfatizou.

As pessoas e organizações que defendem os direitos humanos correm alto risco de serem submetidos a campanhas de difamação, assédio e intimidação, buscas em escritórios, prisões e detenções, criminalização, [maior monitoramento e vigilância online e offline](#), ataques físicos e agressões promovidos por atores estatais e não estatais. Mais recentemente, nas Filipinas, as pessoas defensoras dos direitos humanos [foram submetidas a perseguições e ataques](#) antes, durante e após as eleições presidenciais de 9 de maio. Enquanto a Colômbia

se preparava para o primeiro turno das eleições presidenciais de 29 de maio de 2022, [várias pessoas defensoras e lideranças sociais foram atacadas e mortas](#) em meio a uma campanha política altamente tensionada.

Também assistimos à violência eleitoral e à [criminalização das pessoas defensoras](#) na República Democrática do Congo no período que antecedeu as eleições de 2017-2018. Observamos com horror a violência pós-eleitoral em Quênia em 2007-2008, que resultou em mais de [1.300 pessoas mortas e cerca de 6.000 deslocados internos](#). A Protection International condena e trabalha ativamente contra todas as formas de violência e exorta os Estados a agir proativamente para garantir que o direito de defender os direitos humanos não seja violado.

Durante os períodos eleitorais, a proteção da expressão política, o debate público, a atividade jornalística e os comentários sobre assuntos de interesse público e direitos humanos são particularmente importantes. As pessoas que trabalham para defender os direitos humanos desempenham um papel importante na defesa do Estado de direito e na manutenção das democracias vivas e bem vivas.

Ameaças, repressão e violência contra quem promove e defende os direitos humanos enviam uma mensagem poderosa ao resto da sociedade, especialmente durante eleições de alto nível. Os eleitores que testemunham violações da liberdade de opinião e expressão podem não se sentir confiantes em sua capacidade de participar de forma independente e livre nas eleições, dando poder a alguns políticos para subverter os processos democráticos. "De acordo com o verdadeiro espírito da democracia, as eleições devem permitir que as tensões e conflitos sociais sejam tratados por meios pacíficos. A Protection International chama a atenção para a necessidade de que se respeite o direito de defender os direitos humanos de todas as pessoas que contribuem para a proteção e o fortalecimento das democracias ", disse Mae Ocampo, Diretora Executiva da Protection International.

(1) Para saber mais sobre a campanha [#StayWithDefenders](#) da Protection International durante a campanha COVID-19, visite nosso site ou leia nossa [série de artigos](#) que discute o impacto da pandemia nos defensores de direitos humanos.

(2) Resolução 53/144 da UNGA (Declaração sobre o Direito e Responsabilidade dos Indivíduos, Grupos e Órgãos da Sociedade de Promover e Proteger os Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidos) de 8 de março de 1999.

Nossas recomendações para defender o direito aos direitos humanos:

Às autoridades governamentais e estatais:

- Declarar clara e publicamente o apoio as pessoas defensoras dos direitos humanos e às organizações da sociedade civil, destacando o papel fundamental que elas desempenham em eleições justas, e expressar uma posição de tolerância zero sobre a violência contra elas durante as eleições e além delas.
- Priorizar a transparência e a prestação de contas, tomando medidas imediatas e preventivas para garantir a proteção das pessoas defensoras dos direitos humanos e das OSC contra ameaças e ataques. Todos os ataques devem ser devidamente documentados, expostos e respondidos de maneira oportuna e eficaz para evitar a impunidade. É necessária uma ação preventiva para garantir que não ocorram assassinatos, intimidações e prisões arbitrárias de pessoas defensoras de direitos humanos e jornalistas, especialmente aquelas envolvidas no acompanhamento das eleições. A ação preventiva deve ser sensível às questões de gênero e racial e levar em conta os ataques específicos aos quais as defensoras dos direitos humanos, pessoas negras e pessoas LGBTIA+ estão sujeitas.

Às missões diplomáticas dos principais atores internacionais (isto é, as Nações Unidas, a União Europeia e os Estados Unidos, entre outros):

- Declarar clara e publicamente o apoio as pessoas defensoras de direitos humanos e às OSC, destacando o papel fundamental que desempenham em eleições justas, e expressar uma posição de tolerância zero sobre a violência contra elas durante e após as eleições.
- Fornecer apoio de proteção eficaz as pessoas defensoras e OSCs antes, durante e depois dos processos eleitorais, inclusive por meios financeiros, de segurança, diplomáticos ou outros.
- Incentivar os Estados a garantir total transparência dos processos eleitorais, convidando missões internacionais de observação e a acolher a observação de grupos não partidários de direitos humanos, assim como o respeito à decisão popular obtida nas eleições.
- Monitorar os Estados para garantir que eles permaneçam responsáveis pelas violações do direito de defender os direitos humanos.

As pessoas defensoras dos direitos humanos:

- Ativar redes de apoio nacionais e internacionais para aumentar o custo político da agressão e dos ataques.
- Assegurar que as OSC revejam os planos de segurança do escritório/organização para considerar adequadamente os riscos de operar durante uma época de eleições.
- Manter um registro de quaisquer incidentes potenciais de segurança para identificar possíveis padrões e ameaças e tomar medidas preventivas. Socialize, analise e de forma coletiva tomem decisões que possam minimizar riscos e ameaças. Forneça informação à sua rede. Para mais informações sobre proteção preventiva, consulte o [Manual de Proteção](#) (disponível também em português).
- Garantir que a violência eleitoral contra os defensores de direitos humanos seja devidamente documentada para defender uma melhor proteção do direito de defender os direitos humanos e os valores democráticos.



Informações de contato

Para mais informações ou para marcar uma entrevista, favor contatar:

Meredith Veit, meredith.veit@protectioninternational.org